

---

---

# SESSÕES DO PLENÁRIO

---

---

**23ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de junho de 2009.**

**PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração aos 400 anos do Tribunal de Justiça da Bahia, proposta pelo nobre deputado Álvaro Gomes.

Convido o Exmº Sr. Deputado Álvaro Gomes, proponente desta sessão, para compor a Mesa, a Exmª Srª Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, desembargadora Sílvia Zarif; o Exmº Sr. Conselheiro Felipe Cavalcanti, do Conselho Nacional de Justiça, representando o Ministro Gilmar Mendes; o Exmº Sr. Procurador-Geral da Justiça, Dr. Lidivaldo Brito; o Exmº Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Sinésio Cabral Filho; o Exmº Sr. Desembargador do TRT, Valtércio Ronaldo de Oliveira, representando o Dr. Paulino Couto, presidente do Tribunal Regional do Trabalho – 5ª Região; o Exmº Sr. Procurador-Geral do Município, Dr. Pedro Guerra, representando o prefeito municipal João Henrique; a Exmª Srª Juíza Federal, Drª Mônica Neves, representando o diretor do Foro da Justiça Federal, juiz federal Paulo Roberto Pimenta; a Exmª Srª Defensora Pública-Geral, Drª Tereza Cristina Almeida e o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, conselheiro Manoel Castro. (Palmas)

Registro a presença neste Plenário do deputado Pedro Alcântara, Líder do PR.

Assistiremos à apresentação do Coral do Legislativo sob a regência do maestro Rogério Moraes.

(Apresentação do Coral do Legislativo.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero registrar as presenças dos deputados Sérgio Passos, do PSDB; Júnior Magalhães, do DEM; Maria Luiza Laudano, do PTdoB e Pedro Alcântara, do PR.

Quero convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Dr. Maurício Góes e Góes, representante do presidente da OAB, Dr. Saul Quadros; o Exmº Sr. Cônsul Geral de Portugal, Dr. João Sabido.

Gostaria de registrar as presenças da vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Lealdina Maria de Araújo Torreão; do desembargador Dr. Abelardo Virgínio de Carvalho; do desembargador Antônio Pessoa Cardoso, presidente da Comissão para os preparativos do 4º Centenário do Tribunal de Justiça; do desembargador Carlos Roberto Santos Araújo; do desembargador José Olegário

Caldas; do desembargador Lourival Almeida Trindade; da desembargadora Maria Geraldina Sá de Souza Galvão; da desembargadora Maria da Purificação da Silva; do desembargador Mário Alberto Simões; da desembargadora Sara Brito; do desembargador que está aqui na Mesa, presidente do Tribunal Regional, desembargador Sinésio Cabral Filho; do desembargador aposentado Geminiano Conceição; da juíza do Tribunal Regional Eleitoral, Cíntia Rezende e da juíza Aidê Ouais, como, também, do presidente do Ipraj, Dr. Pedro Vieira.

Gostaria, também, de registrar a presença do deputado Gildásio Penedo Filho, do DEM, e o deputado Álvaro Gomes pede para registrar a presença do presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Euclides Fagundes, fica registrado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o proponente desta Sessão, o nobre deputado Álvaro Gomes.

Gostaria, também, de registrar a presença do Líder da Minoria nesta Casa, o decano, deputado Heraldo Rocha.

Gostaria de informar que esta sessão está sendo transmitida pela *TV Assembleia*, Canal 16, da NET, como, também, pela Internet, [www.canalassembleia.com.br](http://www.canalassembleia.com.br)

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Quero saudar o Exmº Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; a Exmª Srª Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Desembargadora Sílvia Zarif; o Exmº Conselheiro Felipe Cavalcanti, do Conselho Nacional de Justiça, representando o Supremo Tribunal Federal e o presidente, Ministro Gilmar Mendes; o Exmº Sr. Procurador Geral da Justiça, Livaldo Britto; Exmº Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Sinésio Cabral; Exmº Sr. Desembargador do TRT, Valtércio Ronaldo de Oliveira, representando o presidente do Tribunal, Dr. Paulino Couto; Exmº Sr. Procurador Geral do Município, Dr. Pedro Guerra, representando o prefeito João Henrique; Exmª Sr. Juíza Federal, Drª Mônica Neves, representando o diretor do Fórum e juiz federal, Paulo Roberto Pimenta; Exmª Srª Defensora Pública Geral, Drª Teresa Cristina; Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Manoel Castro; Exmº Sr. Dr. Maurício Goés, representando a OAB, o seu presidente Saul Quadros e o Exmº Sr. Cônsul-Geral de Portugal, João Sabido.

Quero saudar os demais parlamentares aqui presentes, a deputada Maria Luiza Laudano, o deputado Gildásio Penedo, o deputado Pedro Alcântara, o deputado Júnior Magalhães, o Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, o deputado Zé Neto, saudar todos os desembargadores, não vou citar nomes, para não esquecer o nome de alguns, juízes e demais autoridades aqui presentes.

Queria dizer aqui que é com imensa satisfação que realizamos esta sessão especial dos 400 anos do Tribunal de Justiça da Bahia,

A Assembleia Legislativa não poderia, em hipótese alguma, deixar de prestar esta justa homenagem, essa comemoração de uma história muito rica de 400 anos do Tribunal de Justiça.

Vou ler o meu discurso, geralmente os meus discursos são improvisados, mas para ser mais prático, objetivo, esse discurso dos 400 anos resolvi elaborar, fazer por escrito.

(Lê) “É com honra e imensa responsabilidade que venho a esta tribuna no dia de hoje, na qualidade de proponente da Sessão Especial em comemoração aos 400 anos

do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Nestes quatro séculos, o Poder Judiciário da Bahia sofreu profundas transformações, acompanhando as mudanças do Estado e da sociedade brasileira. Chega ao século XXI como instituição independente, imprescindível à consolidação da democracia e do desenvolvimento com justiça social, envolto em metas ambiciosas de expansão e melhoria da prestação jurisdicional, a partir da nova lei de organização judiciária.

A história da formação do Estado brasileiro registra as câmaras municipais como primeiras instituições político-judiciárias, com a instalação, em 1532, da câmara municipal de São Vicente (SP). Eram compostas geralmente de dois juízes ordinários, servindo um de cada vez, ou do juiz de fora (este último imposto pelo rei com o pretexto de 'administrar' melhor a justiça aos pobres) e de três vereadores, todos eleitos a cada triênio pela elite local, a exceção do juiz de fora.”

Antes também queria saudar os estudantes que estão aqui presenciando a sessão e acompanhando os trabalhos da Assembleia Legislativa. Sejam bem-vindos os estudantes que estão nas Galerias Paulo Jackson nesta sessão importante.

(Lê) “Neste período, entre 1533 a 1534, Portugal divide administrativamente o Brasil em 15 capitanias hereditárias, que acumulam as funções administrativas e também judiciais. Não obstante, com o fracasso das capitanias, adota-se o sistema de governo-geral, que concentra na figura do ouvidor geral a competência para o exercício da função jurisdicional e perdura por cerca de 60 anos.

Em resposta à insatisfação da colônia com o sistema de administração da Justiça pelos ouvidores, Portugal institui, em 1587, o Tribunal da Relação da Bahia, com sede em Salvador, cujo funcionamento inicia-se em 7 de março de 1609 e que celebramos na data de hoje. É o primeiro tribunal do país, com abrangência sobre todo o território nacional e vinculado ao Desembargo do Paço, em Portugal, então o tribunal supremo da monarquia portuguesa, para onde os recursos eram encaminhados.

Somente em 1734 a Relação da Bahia perde a abrangência nacional, com a criação da Relação do Rio de Janeiro, até que, com a chegada da família real em 1808, esta se transforma em Casa de Suplicação, que marca a independência do judiciário do Brasil, com sua desvinculação da Justiça da metrópole, sendo certo que muitos creditam à tentativa das Cortes de Lisboa, em 1821, de extinguir a Casa de Suplicação do Brasil, como um dos estopins da proclamação da independência, em 7 de setembro de 1822.

Com a promulgação da Constituição republicana de 1891, o Tribunal de Relação da Bahia transforma-se no Tribunal de Apelação e Revista da Bahia, para, em 1935, ser denominado de Corte de Apelação da Bahia, até que, em 1957, recebe finalmente a denominação atual de Tribunal de Justiça da Bahia.

O ideal de justiça há muito povoa os sonhos de homens e mulheres e movimenta a roda da história. Dos gregos aos pensadores orientais, da antiga Roma ao Médio Oriente, a justiça é tema recorrente do pensamento humano. Aristóteles vislumbrava a existência de uma justiça natural, universal, ao lado da justiça fundada na lei. Segundo o filósofo, ao iniciar o capítulo VII do livro V de sua *Ética a Nicômaco*, *'da justiça civil uma parte é de origem natural, outra se funda em a lei. Natural é aquela justiça que mantém em toda parte o mesmo efeito e não depende do fato de que pareça boa a alguém ou não; fundada na lei é aquela, ao contrário, de que não importa se suas*

*origens são estas ou aquelas, mas sim como é, uma vez sancionada'*. Platão, por sua vez, via a justiça como a virtude por excelência, para o homem e para a sociedade, a harmonia e a retidão da alma, capaz de realizar a felicidade.

Foi o ideal de justiça que cunhou as bandeiras da liberdade, igualdade e fraternidade, sobre as quais se forjou a Revolução Francesa. E foi essencialmente o desejo de instaurar uma ordem justa, traduzida na palavra de ordem 'paz, terra e pão', que levantou o povo russo contra a guerra e o absolutismo czarista.

A proclamação do justo, contudo, foi atribuída inicialmente à própria sociedade, através de seus usos e costumes. O Estado primitivo – informa o jurista italiano Norberto Bobbio –, *'não se preocupa em produzir normas jurídicas mas deixa a sua formação a cargo do desenvolvimento da sociedade, e eventualmente aquele que deve dirimir as controvérsias, o juiz, tem a incumbência de fixar, de quando em quando, a regra a ser aplicada'*. Com a formação do Estado absolutista inicia-se o processo de monopolização da produção jurídica e da aplicação do direito, concentradas na figura e vontade do déspota e impostas a toda a sociedade. É tempo de formação dos Estados nacionais e da expansão marítima.

O descompasso entre a vontade do rei e os interesses da burguesia, classe emergente, promoveu o divórcio das funções do Estado de criar, aplicar e executar o direito, para instaurar, sob o pálio da revolução, a sua tripartição em poderes teoricamente independentes e harmônicos entre si, cuja legitimação passa a ser a vontade e a soberania popular.

Em nosso País, com a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 24 de fevereiro de 1891, adotou-se a teoria tripartite de Montesquieu, instituindo como 'órgãos da soberania nacional' o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si.

Mas a autonomia ainda não havia se efetivado.

A Constituição de 1934 universalizou as garantias de ingresso na carreira mediante concurso público e de estabilidade. Com a ditadura militar, as liberdades e garantias individuais são restringidas e, com o endurecimento do regime, mediante a promulgação do Ato Institucional nº 5, o Supremo Tribunal Federal fica impedido de conceder *habeas corpus* em casos de crimes políticos.

O Judiciário enfrenta profundo revés, não obstante a maioria de seus membros não se curvar aos generais. Dentre todos, merecem homenagem os ministros do STF cassados pela ditadura: Hermes Lima, Victor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva, que defendeu, como advogado, mais de 2 mil presos políticos, durante dois períodos ditatoriais.

Com os ventos da redemocratização da Carta Política de 1988 o Poder Judiciário adquire uma nova dimensão na vida social do país, conquistando a independência funcional, administrativa e financeira e a iniciativa de lei para as matérias de interesse da administração judicial.

Inaugura-se o denominado Estado Democrático de Direito, que incorpora valores sociais avançados, inscritos na Constituição de 1988 como resultado da ascensão das forças populares, progressistas e democráticas que impuseram a derrocada da ditadura militar.

A construção de um Estado de justiça social, fundado na dignidade da pessoa

humana e na concretização dos direitos humanos fundamentais individuais, sociais e coletivos é o projeto político-jurídico esculpido na Carta de 88.

A plena realização dos direitos e valores humanos torna-se o fundamento axiológico do Estado brasileiro e encontra no Poder Judiciário um instrumento imprescindível para a sua efetivação.

Não se trata mais aqui de assegurar a igualdade formal, tão cara ao modelo liberal-burguês da Revolução Francesa. Com a nova ordem constitucional é mister erigir a igualdade material, efetiva, a própria justiça social. Nas palavras do jurista José Afonso da Silva, a nova concepção do Estado Democrático de Direito é a de um *'Estado de legitimidade justa (ou Estado de Justiça material), fundante de uma sociedade democrática, qual seja a que instaure um processo de efetiva incorporação de todo o povo nos mecanismos do controle das decisões, e de sua real participação nos rendimentos da produção'*.

Na atualidade, os valores constitucionais recuperaram sua força jurídica e social, após quase uma década de ataques sistemáticos. No momento em que o povo brasileiro legitimamente escolhe o caminho do fortalecimento do Estado nacional, da valorização da democracia, do desenvolvimento social e do trabalho, todos os Poderes do Estado devem estar a serviço da realização dos primados axiológicos consagrados constitucionalmente.

Destarte, o Poder Judiciário deve estar integrado no esforço do desenvolvimento nacional, como parte integrante do Estado, assegurando a celeridade, eficiente e justa prestação jurisdicional. É inegável que a instauração da nova ordem constitucional e o avanço da democracia e da organização da sociedade elevaram sobremaneira o papel do Judiciário brasileiro, aumentando a demanda por sua intervenção na solução dos mais distintos conflitos individuais e coletivos.

A Carta de 88 inaugura uma fase de amadurecimento democrático da sociedade brasileira, com o fortalecimento das organizações civis, sindicatos, movimentos sociais e ONGs, o surgimento de novos diplomas legais, regulando setores específicos da vida social, a exemplo do Código de Defesa do Consumidor, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e da legislação ambiental.

Fatores que contribuem para o aumento da litigiosidade no país e da demanda pela atuação do Poder Judiciário, seja na solução de conflitos individuais, como também numa inédita e crescente participação na solução de litígios coletivos, graças as ações coletivas postas à disposição pela Constituição Federal.

Segundo os dados da pesquisa Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, em 2008 tramitaram no país 70 milhões de processos, sendo 81% na Justiça estadual. São 11.108 juízes estaduais, 1.478 magistrados federais e 3.145 juízes do trabalho compõem atualmente o Judiciário brasileiro, juntamente com 216 mil servidores estaduais (inclusive estagiários e terceirizados), 34 mil servidores da Justiça Federal e 43 mil servidores da Justiça do Trabalho. Este contingente era responsável, em 2008, por 45 milhões de processos concentrados na Justiça dos estados e 8,2 milhões nos seus Juizados Especiais; por 2,1 milhões de processos na Justiça Federal e 2,2 milhões nos Juizados Especiais Federais; e outros 6 milhões de processos localizados na Justiça do Trabalho.

É manifesto o esforço que tem sido empreendido por todas as instâncias do

Judiciário brasileiro no sentido de melhorar a prestação jurisdicional. Neste sentido, a taxa de congestionamento da Justiça (relação entre o número de decisões que extinguem o processo e o número de demandas novas e em andamento) começa a decrescer nos últimos anos, acompanhando a redução da carga de trabalho, fruto da adoção de inúmeras medidas inovadoras, a exemplo da expansão do número de magistrados, da instituição dos juizados especiais, a racionalização processual e os investimentos em informatização.

Assim, entre 2004 e 2008, a taxa de congestionamento no 1º grau da Justiça Federal sofreu uma pequena redução, de 76,3% para 76,1%, apesar da redução da carga de trabalho, de 2.635 processos para 1.985 processos por juiz. Na Justiça do Trabalho de primeira instância, a taxa de congestionamento passou de 48% para 47,5%, acompanhando a redução da carga de trabalho, que variou de 2.427 para 2.239 processos por magistrado.

Finalmente, na Justiça estadual de 1º grau, a taxa de congestionamento apresentou a redução mais expressiva, de 80,7% para 79,6%, apesar do aumento da carga de trabalho, que passou de 4.609 para 5.277 processos por juiz.

São números grandiosos, que atestam o crescente papel do Judiciário na sociedade brasileira, suas dificuldades estruturais, mas também o enorme esforço que tem sido feito para a sua modernização.

O Poder Judiciário tem sua legitimidade social assentada na presteza e justiça de suas decisões. O juiz não deve ser um ser apartado da realidade social, escravo de esquemas formalistas e da letra fria da lei, da “justiça formal”. Deve estar atento aos interesses da sociedade e à efetivação dos valores primordiais da Constituição Federal.

Neste sentido, a instituição do Conselho Nacional de Justiça, como órgão de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, a chamada Reforma do Judiciário, foi de inegável contribuição para o aperfeiçoamento deste Poder e de sua legitimação social.

A Justiça brasileira, como todas as instituições sociais, não está imune às críticas e às imperfeições. Malgrado, é inconteste que o Judiciário brasileiro e, especialmente, a Justiça da Bahia, são formados por mulheres e homens comprometidos com o constante aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a garantia dos direitos humanos e da justiça social.

Particularmente, na Bahia, a eleição para a presidência do Tribunal de Justiça do desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, para o biênio 2002/2004, foi um momento fundamental da história recente desse tribunal, saudado por todos os democratas do Estado, prova inequívoca do compromisso do Judiciário baiano com sua independência e com a realização da justiça, que renunciou os ventos de liberdade que voltariam a soprar nestas terras.

Compromisso esse renovado pelos que lhe sucederam, os desembargadores Gilberto Caribé, Benito Figueiredo, Sinésio Cabral e a atual presidenta, desembargadora Silvia Zarif.

Como relator da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia, tive a oportunidade de conhecer de perto as pessoas que constroem o Judiciário baiano e atestar a sua altivez e abnegação à causa da Justiça.

Quatro séculos depois, muitos são os desafios postos ao Judiciário baiano para atender a imensa expectativa nele depositada por nossa sociedade: maiores recursos financeiros e humanos, impulso na informatização, modernização das leis processuais.

Na Bahia, a Justiça começa a superar o tempo perdido ao longo das últimas décadas, em que o Executivo não honrava seus compromissos financeiros com este Poder. A taxa de congestionamento de processos no 1º grau é, hoje, de 88,5%, superior à média da Justiça estadual no País. Ocorre que a Bahia possui uma média de 4,2 juízes por 100 mil habitantes, consideravelmente inferior à média nacional, que é de 5,9. Em termos de servidores, o quadro não é melhor, possuindo o Estado uma média de 66,3 servidores efetivos para cada 100 mil habitantes, também inferior à média nacional, que é de 74,8.

Com a nova Lei de Organização Judiciária, dota-se a Justiça baiana de um ambicioso programa de expansão. A aprovação da nova LOJ já é, em si, um claro sinal do compromisso deste Parlamento e do Executivo estadual com a solução dos obstáculos ao desenvolvimento do Poder Judiciário baiano.

Sem a independência política resgatada por esta Casa após as eleições de 2006 e a conduta democrática e republicana do atual governo do Estado, não seria possível o rico e intenso processo democrático que pautou a discussão da LOJ nesta Casa e permitiu a sua aprovação, ao final de proveitosos sete meses de debates, em que todos os segmentos interessados puderam formular suas contribuições.

O desafio atualmente posto é a implantação da nova LOJ. Este é o grande desafio, e depende da convergência de esforços dos três poderes e da sociedade, na busca do melhor caminho para esse desiderato.

O Poder Judiciário da Bahia e o seu Tribunal de Justiça estão a altura dos desafios postos no limiar do seu quinto século de existência para corresponder à crescente expectativa da população baiana pela atuação do Judiciário de forma célere e justa, desempenhando o seu papel constitucional de garantidor dos direitos fundamentais da pessoa humana, da democracia e da efetivação da justiça social, escopos gravados no programa da Constituição Federal de 1988.”

Portanto, essas são as minhas considerações.

Eu fui bem rápido, conciso, prático e objetivo para não cansar todos os presentes.

Um grande abraço, pois o Tribunal de Justiça merece esta homenagem. (Palmas)  
(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Depois deste curto discurso do deputado Álvaro Gomes, de apenas 27 minutos e 36 segundos (risos), eu gostaria de registrar as presenças dos deputados Zé Neto, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia; Roberto Carlos, 1º Secretário da Casa; e Marizete Pereira.

Também registro as presenças da Drª Joselita Cardoso, procuradora-geral-adjunta do Estado; do Sr. Victor Ventim, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; da Drª. Laura Fabíola, da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia; do Cel. Divaldo Nascimento, representando o Cel. da PM Nilton Mascarenhas; do Dr. Plínio Lopes, da Associação dos Procuradores; do Sindicato dos Metalúrgicos; do Cel. Antônio Carlos, representando o Comandante da 6ª Região Militar, general-de-divisão João Francisco Ferreira; e da juíza Marielza Brandão Franco.

Gostaria também de registrar que estão nas Galerias Paulo Jackson os alunos da Escola Estadual Rafael Oliveira, que estiveram visitando a Casa, visita que é fruto do convênio do programa Escola/Legislativo.

Concedo a palavra ao desembargador do TRT Valtércio Ronaldo de Oliveira, representante do presidente Dr. Paulino Couto.

**O Sr. VALTÉRCIO RONALDO:-** Bom-dia a todos.

Em nome do presidente Marcelo Nilo e do deputado Álvaro Gomes, proponente da sessão, saúdo a todos os membros da Mesa, além dos outros magistrados aqui presentes, e invoco a presidente do Tribunal de Justiça, Dr<sup>a</sup> Sílvia Zarif.

O Tribunal do Trabalho não poderia se furtar a estar presente a uma homenagem das mais justas ao Tribunal de Justiça da Bahia. São quatro centenários de entrega duma prestação jurisdicional efetiva, sempre em busca de melhorias para a população.

É bem verdade, Dr. Sinésio Cabral, que as dificuldades existem e existirão. Todos nós sabemos que não se constrói nada sem que se tenha verba destinada para um determinado fim.

Pois bem, o Tribunal de Justiça da Bahia também não ficou imune a essas dificuldades de ordem financeira. É fato público e notório que essas dificuldades enfrentadas começam a ser resolvidas. Faço coro com o nobre deputado Álvaro Gomes, sobretudo, que partiu da administração do Dr. Carlos Alberto Dutra Cintra, dando continuidade a todos os demais que passaram pela presidência do Tribunal, como os Drs. Gilberto Caribé, Benito, Sinésio e agora a Dr<sup>a</sup> Sílvia Zarif.

Dr<sup>a</sup> Sílvia, V.Ex<sup>a</sup> está de parabéns, tem superado as dificuldades. Por aqui o Conselho Nacional de Justiça se fez presente, cobrando maior celeridade na entrega da prestação jurisdicional, e a senhora tem modernizado o tribunal com aquisição de computadores aparelhando-o para que os juízes, desembargadores e funcionários tenham condições de fazer a entrega efetiva dessa prestação.

Como bem disse o ilustre deputado Álvaro Gomes, o juiz não é uma pessoa distante da sociedade. Pelo contrário. Ele está inserido nela, mas passa também pelas dificuldades que todo ser humano passa. Dificuldades de toda ordem ele enfrenta.

Mas foi dada a ele, por vocação, a nobre missão de julgar. E julgar nem sempre é fácil. Quantas vezes nos deparamos com situações nas quais enxergamos que determinada parte tem razão naquele processo, mas, por força da ausência de determinadas provas, esse direito nem sempre lhe é concedido. E nós ficamos tristes interiormente porque não conseguimos fazer a justiça plena.

O Tribunal de Justiça da Bahia tem prestado serviços relevantes à sociedade. Nós, do TRT, nos associamos a essa justa homenagem, patrocinada pelo deputado Álvaro Gomes e encampada pelo presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, e por todos os demais componentes do Legislativo, de sorte que rogo a Deus que V.Ex<sup>a</sup>, Dr<sup>a</sup> Sílvia, e todos os demais desembargadores do Tribunal de Justiça continuem nessa luta constante em busca, cada vez mais, do aperfeiçoamento para uma entrega jurisdicional mais célere.

Parabéns pela sua administração! Parabéns a todos os desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia, que honrosamente integram os seus quadros! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar a presença do nobre deputado Bira Corôa.

Concedo a palavra à Dr<sup>a</sup> Mônica Neves, juíza federal, representante do diretor do Fórum da Justiça Federal, Dr. Paulo Roberto Pimenta.

**A Sr<sup>a</sup> MÔNICA NEVES:-** Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado Marcelo Nilo, digníssimo presidente desta Casa Legislativa; deputado Álvaro Gomes, proponente desta homenagem, nas pessoas de quem saúdo os demais parlamentares aqui presentes; Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Desembargadora Sílvia Zarif, presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; desembargador Sinésio, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, na pessoa de quem eu saúdo os demais magistrados, os desembargadores, desembargadoras e juízas aqui presentes; senhores membros da Mesa; senhoras e senhores; digníssimos oficiais do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Estado da Bahia, é com muita honra que venho a esta tribuna, em nome da Justiça Federal do Estado da Bahia, para ao mesmo tempo colocar-me ao lado do deputado Álvaro Gomes, agradecendo a ele por esta proposta, porque em verdade nós magistrados estamos habituados ao trabalho intenso nas lides forenses. Sabemos que este é um dos momentos gloriosos que gostaríamos de guardar em nossos corações.

Temos usado uma parcela de poder, em razão do uso dela, todas às vezes que tomamos uma decisão de alguma forma trazemos inconformismo para uma das partes, a parte que perde. De qualquer sorte, é uma técnica segura a que adotamos. Há de existir uma decisão firme. Infelizmente, alguém sai sempre perdendo. Não há como decidirmos pelo empate. Exatamente por isso, as nossas decisões recebem recursos, são criticadas, recebem palavras aqui ou ali que talvez não pudéssemos ou não quiséssemos ouvir.

Neste momento, temos apenas homenagens, alegria, reconhecimento de um trabalho que é árduo e se desenvolve há tantos anos. Aqui estamos para homenagear o Tribunal de Justiça pelos seus 400 anos de trabalho intenso. E mais ainda, porque não podemos deixar de pontuar que a desembargadora Sílvia Zarif, presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à frente dessa administração, tem demonstrado todo um trabalho para gerar uma maior eficiência, uma maior rapidez nos julgamentos, tem necessariamente, que ser realmente homenageada como magistrada, mulher, por ter um trabalho sereno, mas firme, por estar à frente de um Tribunal, onde tem demonstrado, todo o tempo, querer acertar, decidir, julgar dentro daquilo que pode ser o melhor.

E a Justiça Federal da Bahia sente-se do mesmo lado do deputado Álvaro Gomes, querendo também estar aqui para homenageá-la, e, ao mesmo tempo, cada um dos seus membros sente-se, de certa forma, homenageado, porque sabe que nosso trabalho é também passível de reconhecimento como este que agora se dá.

Por isso, gostaríamos de, mais uma vez, parabenizar o Tribunal de Justiça e agradecer ao deputado Álvaro Gomes por esta brilhante homenagem que, é claro, somente pode ser levada a efeito em razão do atendimento dos demais parlamentares que compõem esta Casa, sob a liderança do seu presidente, deputado Marcelo Nilo.

Muito obrigada! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Procurador-Geral

de Justiça, Dr. Livaldo Britto.

**O Sr. LIDIVALDO BRITTO:-** Bom-dia a todos e a todas!

Quero saudar o Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente desta augusta Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; a Digníssima Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, desembargadora Silvia Zarif; o Exm<sup>o</sup> Deputado Álvaro Gomes, proponente desta sessão; o Líder da Minoria, o Exm<sup>o</sup>. Sr. Deputado Heraldo Rocha, na pessoa de quem saúdo os demais parlamentares desta Casa; os eminentes desembargadores, juízes, advogados, procuradores, membros do Ministério Público e as demais autoridades aqui presentes ou representadas.

Quero dirigir-me aos demais integrantes da Mesa e fazer uma saudação especial ao conselheiro Felipe Locke, do Conselho Nacional de Justiça, membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, representante de todos os Ministérios Públicos Estaduais naquele órgão colegiado.

O Ministério Público do Estado da Bahia quer se associar ao Egrégio Tribunal de Justiça nas comemorações do quadricentenário da primeira Corte das Américas, que, quando da sua criação, o Regimento já previa também a figura do Procurador dos Feitos da Corôa, do Fisco, atuando também como Promotor de Justiça. Portanto, com a criação do Tribunal da Relação da Bahia, no dia 07 de março de 1609, surgiu também a gênese do Ministério Público brasileiro, cujos 400 anos serão comemorados por nós no dia 25 de setembro.

Mas, durante 300 anos, o Ministério Público da Bahia esteve sediado onde funciona e funcionava o Tribunal de Justiça. Somente em 1987, ele adquiriu a sua primeira sede, e, de lá para cá, avançamos e, hoje, já estamos aqui construindo a futura sede dele no Centro Administrativo da Bahia.

Ao longo desses 400 anos, a Corte baiana evoluiu, tem procurado avançar e acertar. Com a aprovação da nova Lei de Organização Judiciária, em 2007, perspectivas alvissareiras surgiram a fim de que o Poder Judiciário baiano tivesse uma melhor estrutura, um maior número de magistrados e de servidores.

Quero ressaltar que, quando da aprovação da nova Lei de Organização Judiciária, o relator era o digno deputado Álvaro Gomes, e o seu empenho e sua dedicação estão presentes no espírito do novo diploma legal.

Diversas vezes, o deputado Álvaro Gomes reuniu aqui, nesta Casa, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, dos servidores do Poder Judiciário e a sociedade civil para que o projeto pudesse ter uma ampla participação quando da sua votação. Em diversos momentos, também o deputado acatou as emendas apresentadas por todas as instituições que integram o sistema judicial baiano.

Nesta ocasião, quero parabenizar a presidente do egrégio Tribunal de Justiça, desembargadora Sivia Zarif, que tem envidado todos os esforços para engrandecer o Poder Judiciário do nosso Estado, sendo inclusive a primeira mulher a ocupar esse tão honroso cargo. Quero, neste momento, também dizer que o espírito de Rui, o pensamento de Orlando Gomes e o de Teixeira de Freitas devem estar presentes sempre nas decisões do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Parabéns pelo quarto centenário.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar a presença do Líder do DEM, deputado Misael Neto.

Concedo a palavra à defensora pública-geral, Dr<sup>a</sup> Tereza Cristina Almeida.

**A Sr<sup>a</sup> TEREZA CRISTINA ALMEIDA:-** Bom-dia a todos e a todas, quero saudar o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, e o deputado Álvaro Gomes pela iniciativa e pela história que o consagrou, nesta Casa, como protagonista de grandes projetos, dos quais a Defensoria Pública sabe e tem consciência da sua presença e, principalmente, pela sensibilidade que teve de ouvir todas as estruturas, todos os servidores e todos aqueles envolvidos no sistema de Justiça para que pudéssemos ter, na medida do possível, uma Lei de Organização Judiciária mais próxima daquilo que se buscou enquanto Poder na construção...

Já não era sem tempo de ser encaminhado para esta Casa um projeto que vá atender, porque sabemos que para conseguir implementar um projeto há uma série de condições, principalmente orçamentárias.

Quero saudar, cumprimentar todos os magistrados aqui presentes, que muito honram esse Poder, e também os seus serventuários, os servidores, que, no que se refere à Defensoria Pública, desenvolvem um diálogo extremamente positivo e transparente.

Eu me sinto extremamente feliz de ter vivenciado, na minha gestão, que coincidiu exatamente com a gestão da Dr<sup>a</sup> Sílvia, a possibilidade de um diálogo de extrema transparência, de muita coragem e riqueza, porque, quando soubemos dizer não uma à outra não tivemos nenhum tipo de impedimento que não fizesse com que se consagrasse o respeito a uma representação que também me honra por ser mulher, por ser digna, por ser mãe.

Me perdoem os homens, porque isso tudo traz a possibilidade de vermos, no Tribunal de Justiça, hoje, uma luta árdua pelo seu fortalecimento, mas enfrentando um momento onde a representação do CNJ chega e encontra portas abertas, um diálogo extremamente rico e aberto, sem nenhum condicionamento à possibilidade de crescermos juntos como humanos e frágeis que somos, mas, graças a Deus, somos criaturas divinas e podemos, com certeza, melhorarmos.

Eu quero saudar a todos os presidentes de associações, sindicatos, a nossa presidenta, Dr<sup>a</sup> Laura Fabíola, que também desenvolve junto conosco um trabalho forte na construção de um sistema de justiça mais justo.

Nos sentimos honrados em estarmos aqui, recebendo uma medalha, fomos contemplados com uma homenagem muito singular nesses 400 anos, integrando ainda mais o Poder Judiciário na luta pelo fortalecimento de uma Defensoria Pública ainda carente de uma estrutura digna, mas que não impede, de forma nenhuma, que estejamos próximos para construirmos isso juntos.

Temos essa consciência e sabemos que o número de defensores públicos, dentro do número de juízes e promotores ainda não se trabalha na equidade do sistema de Justiça, de 200 para 600. Ainda somos poucos, mas isso não impede que com um esforço *hercúleo*, desenvolvamos o nosso papel.

Parabéns a todos vocês companheiros, e é exatamente por esse companheirismo que temos a possibilidade de enfrentarmos as nossas dificuldades com muita dignidade,

pois este poder está implantado em cada um de nós, nas nossas atividades diárias, nas nossas buscas.

Por isso venho aqui a esta tribuna, que para nós, defensores públicos, tenhamos um significado, deputado Marcelo, e todos os parlamentares que estão aqui presentes, são muitos, porque foi nesta Casa que construímos uma Defensoria Pública num diálogo muito positivo e muito rico, onde o deputado Álvaro Gomes, por diversas vezes, solicitava medidas para o fortalecimento dessa Defensoria.

Trago, também, a todos vocês, uma palavra de fé e força. Acredito que estamos passando por um momento neste País, um momento em que estamos colocando a nossa alma quase aberta para ouvirmos e aprendermos.

Eu gostaria, que a Defensoria Pública, se integrasse neste momento, para dizer à Dr<sup>a</sup> Sívia Zarif que temos muita honra do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Sabemos o quanto ele precisa enfrentar para alcançar, depois de muito tempo de impossibilidade de construção. Queremos estar presentes para que possamos ser um sistema de justiça forte.

Quero finalizar com a música do coral: *“Ontem um menino que brincava me falou que o hoje é semente do amanhã.”* Parabéns. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Dr. Maurício Góes e Góes, representante da OAB.

**O Sr. MAURÍCIO GÓES E GÓES:-** Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente Marcelo Nilo, *mui digno* presidente da Assembleia Legislativa da Bahia; Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado, Álvaro Gomes, proponente desta sessão; Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Presidenta Sílvia Zarif, em nome de quem saúdo os demais membros dessa Mesa e demais autoridades presentes e demais magistrados, senhores e senhoras, a Ordem dos Advogados do Brasil não poderia estar distante, neste momento histórico, para o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, e não poderia também deixar de apoiar a posição do deputado Álvaro Gomes, pois a Ordem sempre foi um dos principais canais de comunicação entre a sociedade e os poderes constituídos, seja no momento de reclamar, seja no momento de parabenizar. Este é um momento de parabenização, de congratulação pelos 400 anos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Durante muito tempo, as instituições da Bahia viviam ou sem liberdade ou sem congruência, e este é um momento histórico dentro da política brasileira e muito particularmente é um momento histórico para a política baiana. Na história recente não se conta a possibilidade de os Poderes instituídos viverem de forma tão independente e ao mesmo tempo tão harmônica, em que as vozes da sociedade são aqui ouvidas.

Temos um governador do Estado que é fruto do movimento sindical, um presidente da Assembleia Legislativa que sempre esteve à frente das lutas democráticas, e como presidente do Tribunal de Justiça uma honrada magistrada de carreira. Quis-se, desembargadora Sílvia, que V.Ex<sup>a</sup> fosse a primeira mulher a presidir o Tribunal, e quis-se que o fizesse neste momento de festa, mas também neste momento de gravidade em que a sociedade se encontra.

Temos visto o Tribunal de Justiça encarar com hombridade e com altivez as dificuldades que lhe são voltadas. Temos um tribunal que é o único tribunal do País

cujos serventuários do extrajudicial permanecem a ele vinculados, o que lhe traz problemas orçamentários graves, temos um tribunal que precisa ampliar o número de magistrados e serventuários, mas já está no limite contingencial que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe, mas a gente vê também um tribunal que está se informatizando, que consegue ter uma relação sóbria, serena, mas firme, perante os outros Poderes.

É verdade que a eleição do desembargador Dultra Cintra foi um marco relevante na posição institucional do Poder Judiciário, mas é verdade que o que nos deixa mais feliz é que os que lhe sucederam continuaram e melhoraram a posição e a visão do Tribunal de Justiça. Quis ainda, Sr<sup>a</sup> Presidente, que V.Ex<sup>a</sup> fosse a capitã desta nau no momento da instalação do CNJ, entidade pela qual os advogados brigaram como forma de arejamento de legitimação democrática, além da legitimação constitucional, mas também uma legitimação democrática do Poder Judiciário, e o CNJ se faz aqui presente certamente em reconhecimento de todo o esforço que o Tribunal de Justiça vem adotando..

Como eu não sei o que é pior, se é dar uma tribuna a um advogado ou a um político, e como eu não quero concorrer com o deputado Álvaro Gomes em termos de celeridade, eu termino, Sr<sup>a</sup> Presidente, dizendo duas coisas : nós sabemos que muito ainda há de ser feito, mas nós temos fé que será em especial, porque muito tem melhorado.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto, quebrando a tradição do Regimento, pelo qual só fala o proponente da sessão, mas tendo em vista que é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e nos ajudou muito na aprovação da LOJ, concedo a palavra a V.Ex<sup>a</sup>, deputado Zé Neto.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Inicialmente, agradeço ao deputado Marcelo Nilo pela deferência, bom-dia a todas e a todos, na pessoa da nossa desembargadora e presidente do Tribunal, desembargadora Sílvia Zarif, ao do deputado Marcelo Nilo e do deputado Álvaro Gomes, saudarei toda a Mesa.

Eu tenho a alegria de ser conterrâneo da Dr<sup>a</sup> Sílvia Zarif, que criados fomos no mesmo bairro, em Feira de Santana. Queria dizer à Dr<sup>a</sup> Sílvia que tenho acompanhado de perto o trabalho que a senhora vem fazendo no Tribunal e a coragem de quebrar culturas, de enfrentar dificuldades, apontando caminhos que obviamente não vão ser realizados apenas em uma gestão.

Eu sou advogado, fui presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFBA e desde aquele momento nós discutíamos Lei de Organização Judiciária, pois depois da Constituição Federal de 1988 era imperativo que tivéssemos esse caminho.

Há 3 anos estou como presidente da Comissão de Justiça. A primeira coisa que fiz nesta Casa, quando fui escolhido presidente desse Colegiado, foi procurar o deputado Marcelo Nilo para dizer-lhe que passei 4 anos aqui pedindo comissão especial para tratar do projeto anterior de Lei de Organização Judiciária, e não andamos. Queria todo apoio para que pudéssemos andar.

Assim fiz também com o deputado Waldenor, Líder do governo, que aliás deu todo apoio à gente para caminhar naquele momento. Fomos ao tribunal, e o Dr. Benito também viu que era o momento político propício para que encaminhássemos o pleito ao Judiciário, o que abriria evidentemente um espaço maior com debates mais fraternos, mais francos e mais reais sobre o que precisávamos fazer por nossa Justiça.

A Dr<sup>a</sup> Telma, junto com o tribunal, foi quem o representou naquele momento inicial. Tivemos por meses o papel de presidir um debate intenso com todos os atores que compõem a atenção judicial em nosso Estado.

Dr<sup>a</sup> Sílvia, esse foi a primeira experiência, pois foi logo no começo do governo que nós começamos essa movimentação. A primeira experiência de abrir esta Casa de forma definitiva e junto com a Justiça inaugurarmos um momento de diálogo muito amplo, no qual desembargadores, juízes e sindicatos aqui presentes puderam na mesma mesa discutir um projeto. Não é o projeto dos nossos sonhos. Mas é um projeto que abre caminhos para que os nossos sonhos aconteçam.

Sei das dificuldades, doutora. Sou advogado também, estou deputado, e o escritório não está fechado, mas tenho os meus impedimentos. Tenho enfrentado, inclusive na minha cidade, dificuldades que nunca pensei que enfrentaria. Esta semana, quero até agradecer à senhora, ao Tribunal, fizemos um bom debate sobre a LOJ em Feira de Santana e vamos, com a Comissão de Justiça, fazer a mesma discussão nas 6 regiões.

Este é o instante de comemorarmos os 400 anos da Justiça. Mas pela primeira vez estamos enfrentando, como nunca enfrentamos, as dificuldades do Poder Judiciário olhando- as de frente.

Tive a felicidade de escolher o deputado Álvaro Gomes para ser o relator desse projeto. Ele teve um papel importante, cumpriu a sua etapa e junto com todos os outros deputados desta Casa, que entenderam a mensagem daquele instante, conseguiu talvez um marco para que nós pudéssemos avançar.

O Poder Executivo tem feito a sua parte, saímos de 3,48% e estamos em 5,8% do repasse da receita. O Poder Legislativo tem dado as mãos a esse tribunal, e tenho certeza de que estamos vivendo um instante no qual os 3 Poderes entendem que o Estado da Bahia está pensando como Estado, não apenas como governo ou olhando para o interesse desse ou daquele grupo.

É com essa gratidão e alegria que venho dar à presidente do tribunal, referindo-me assim a toda a Justiça, parabéns! Parabéns, Dr<sup>a</sup> Sílvia! Parabéns, Justiça baiana, pelo instante que nós estamos vivendo de transformação e de criar as possibilidades para uma mudança real na ação jurisdicional em nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar as presenças dos deputados Reinaldo Braga e Javier Alfaya.

Concedo a palavra ao penúltimo orador inscrito, o Conselheiro Dr. Felipe Cavalcanti, do Conselho Nacional de Justiça, representante do ministro Gilmar Mendes.

**O Sr. FELIPE CAVALCANTI:-** Diz a lenda que nós não devemos falar muito, sobretudo quando já tivemos grandes oradores que falaram com tanta pertinência sobre

o tema do qual viemos discorrer. Diz mais ainda: que devemos ter uma consideração especial para com aqueles que nos estão ouvindo, e devemos sempre não pecar pelo excesso. Mas eu gostaria de, em poucas palavras, representando o ministro Gilmar Mendes e o Conselho Nacional de Justiça, órgão que integro, de agradecer ao presidente Álvaro Gomes pela possibilidade de estar nesta Casa Legislativa, e saudar...

Aliás, o presidente Marcelo Nilo. Desculpem-me. Eu já estava elegendo o deputado Álvaro Gomes presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- No futuro.

**O Sr. FELIPE CAVALCANTI:-** No futuro. Talvez seja uma premonição...

Mas, enfim, deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa, e deputado Álvaro Gomes, proponente desta sessão especial, gostaria de saudá-los pela oportunidade e pela felicidade do evento; e saudar especialmente a desembargadora Sílvia Zarif, com quem tenho laços fraternos, na medida em que o sogro de Dr<sup>a</sup> Sílvia é procurador de Justiça aposentado em São Paulo e foi meu examinador no concurso de ingresso. Daí o motivo especial para estarmos juntos hoje, aqui. Eu não poderia deixar de lembrar isso, que, para mim, é de muito agrado.

Gostaria também de saudar o desembargador Sinésio Cabral Filho, presidente do Tribunal Regional Eleitoral e ex-presidente da Corte; o desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, representando o desembargador Paulino Couto, presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Quero também saudar o procurador-geral, Dr. Livaldo Britto, que tem-nos dado um apoio imprescindível à nossa estada no Conselho Nacional de Justiça, fazendo com que consigamos realizar algo em prol de um Judiciário mais moderno. O nosso apreço também à defensora-pública-geral, Dr<sup>a</sup> Tereza Cristina, e ao representante do presidente da OAB, Dr. Maurício Góes.

Eu gostaria de, através dessas pessoas, saudar a todos os demais presentes, e mais do que isso: dizer que, para o Conselho Nacional de Justiça é muito importante estarmos aqui, no Estado da Bahia, nesta homenagem que vai ocorrer ao longo do ano todo ao primeiro Tribunal do Brasil e das Américas, que foi o Tribunal da Relação da Bahia, criado em 1609, e que implanta o marco de democratização e de Estado Brasileiro. Pois não há estado sem um Legislativo independente, sem um Judiciário atuante e sem um Executivo que, de fato, represente o anseio popular. Tenho certeza de que, hoje, esta cerimônia representa esse anseio da população brasileira e da Bahia: o anseio por uma justiça atuante.

O Conselho Nacional de Justiça existe por uma demanda da sociedade: a sociedade quer mais justiça. A sociedade exigiu mudanças, daí o Legislador reformar a Constituição para fazer a Reforma do Judiciário. E o principal instrumento introduzido nessa reforma foi o Conselho Nacional de Justiça.

E nós, membros do Conselho Nacional de Justiça, temos uma missão, qual seja: gerar medidas e dar suporte para que o Judiciário produza mais sentenças e solucione com mais velocidade os conflitos sociais. Ou seja, o Judiciário precisa estar ao lado da população, precisa atender a sociedade, que é carente de justiça. E essa carência é do Brasil inteiro. Essa carência é de todo jurisdicionado dos 90 tribunais brasileiros. Logo, o nosso papel é um papel de união de todo o Judiciário para fazer com que trabalhe melhor; fazer com que ele esteja cada vez mais ao lado da população, exercendo esta procissão de fé necessária e fundamental para que a democracia exista.

Eu fico muito satisfeito pessoalmente, e não só em meu nome, mas também em nome do Conselho, em verificar que o Tribunal de Justiça da Bahia, que teve problemas, assim como todos os demais tribunais brasileiros, está enfrentando esses problemas, está buscando a modernidade e a agilidade. E isso só se faz com transparência, eficiência e a aplicação de uma justiça célere.

Eu tenho certeza de que o Tribunal de Justiça da Bahia está num caminho que revigora a Justiça, faz com que ela, de fato, se torne acessível a todos. A Justiça precisa ser democrática, eficiente e presente, e a nossa presença aqui é para homenagear os acertos do Tribunal, que recebeu inúmeras críticas, mas merece todos os elogios, porque mais elogio merece aquele que recebeu as críticas, soube enfrentar os problemas e encontrar as soluções.

Essa entidade, essas pessoas merecem todo o nosso reconhecimento e mérito. Aí o mérito da presidente Sílvia Zarif, que tem, à frente do Tribunal, levado esta Corte a um dinamismo sem igual. Tenho certeza de que isso é fruto não só dela mas também de todos os seus antecessores e, mais do que isso, de todos os magistrados da Bahia, que, tenho certeza, querem uma Justiça mais eficiente.

Mais importante ainda é o reconhecimento popular feito pela Assembleia Legislativa, Casa de representação da população, de cidadania, que reconhece a necessidade de um Judiciário eficiente e colaborou para isso quando aprovou a importante Lei de Organização Judiciária local, fruto de intenso debate, e, mais do que isso, instrumento de modernização da Justiça e acesso da população a ela.

Então meus parabéns, muito obrigado, e espero ter conseguido ser suficientemente conciso e eficiente, pois esse é o objetivo da Justiça.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra a Sr<sup>a</sup> Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Sílvia Zarif.

A Sr<sup>a</sup> Sílvia Zarif:- Antes de assumir a tribuna para proferir meu pequeno discurso em nome do Tribunal de Justiça, quero fazer a entrega da quarta edição, com três volumes, da memória da Justiça Brasileira ao presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa, e de outro exemplar para a biblioteca desta Casa. Quero entregar-lhe também um *kit* com o Diário Oficial do dia em que comemoramos 40 anos e um DVD contendo todas as filmagens das comemorações dos 400 anos do Tribunal de Justiça.

(A presidenta do Tribunal de Justiça da Bahia, Dr<sup>a</sup> Sílvia Zarif, entrega os exemplares ao Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Marcelo Nilo.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra à presidenta do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Dr<sup>a</sup> Sílvia Zarif.

**A Sr<sup>a</sup> SILVIA ZARIF:-** Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; Exm<sup>o</sup>. Sr. Deputado Álvaro Gomes, proponente desta sessão; Exm<sup>o</sup>. Sr. Conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, do Conselho Nacional de Justiça e representante do ministro Gilmar Mendes; Exm<sup>o</sup>. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Livaldo Britto; Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador

Sinésio Cabral Filho; Exm<sup>o</sup>. Sr. Desembargador do TRT Valtércio Ronaldo de Oliveira, que representa o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, 5<sup>a</sup> Região, Dr. Paulino Couto; Exm<sup>o</sup>. Sr. Procurador-Geral do Município, Dr. Pedro Guerra, que representa o prefeito de Salvador, João Henrique; Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> Juíza Federal Dr<sup>a</sup>. Mônica Neves Aguiar, representante do diretor do fórum e juiz federal Paulo Roberto Pimenta; Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Defensora Pública Geral, Dr<sup>a</sup>. Tereza Cristina Almeida Ferreira; Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Manoel Castro; Exm<sup>o</sup>. Dr. Maurício Goes e Goes, representante do presidente da OAB, Dr. Saul Quadros; Exm<sup>o</sup>. Sr. Cônsul-Geral de Portugal, Dr. João Sabido; prezado Líder da Minoria desta Casa, deputado Heraldo Rocha; prezado Líder da Maioria desta Casa, deputado Waldenor Pereira; oficiais da Polícia Militar, do Exército; demais colegas magistrados; serventuários e demais pessoas presentes a esta sessão comemorativa (Lê) *“Senhoras Deputadas, Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores. A mesma honra de participar, no dia 7 de março, da solenidade comemorativa dos 400 anos do Tribunal de Justiça da Bahia, no Fórum Ruy Barbosa, enleva-nos agora nesta sessão especial da Assembleia Legislativa da Bahia.*

*Comemorar o IV Centenário da regimentação do Tribunal da Relação do Estado do Brasil é renovar uma profissão de fé na democracia; é revigorar a nossa luta por uma sociedade melhor; é reafirmar a disposição do Poder Judiciário em continuar a contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento sócioeconômico e cultural deste País.*

*Com efeito, conhecemos a história do Judiciário no Brasil, desde aquele longínquo ano de 1609, quando os dez primeiros desembargadores chegaram a Salvador. A presença deles aqui, na principal cidade da maior colônia portuguesa, onde crescia o porto mais promissor abaixo da linha do Equador, foi uma conquista da população.*

*Portugal estava anexado à Espanha, e a administração local corrompida e sufocada por desmandos e conflitos. Foi neste cenário nada animador que começou a funcionar a Relação do Brasil, com jurisdição sobre todo o território então coberto pelo Tratado de Tordesilhas.*

*Inicialmente, a Corte enfrentou a reação e a incompreensão dos que não a queriam fazendo justiça. A interferência da Justiça não agradava aos poderosos de então, especialmente em assuntos dos seus interesses, os chamados delitos de foro especial cometidos por grandes produtores rurais, sacerdotes ou militares. Os desembargadores eram fiscalizados pelo governador geral até no cumprimento do horário de trabalho e sofriam restrições à própria vida pessoal.*

*E aqui abro um parêntese para consignar o quanto é curioso e até mesmo irônico este retrato setecentista da Justiça, na cidade de São Salvador da Bahia. Curioso e irônico porque a situação repetiu-se quatro séculos depois, por um lapso de tempo semelhante ao que a Relação deixou de funcionar para ajudar a expulsar os holandeses que ocupavam Salvador.*

*Por mais de 20 anos, a Justiça baiana sofreu sérias interferências externas, extremamente danosas ao seu funcionamento, à sua credibilidade. Interferências que a atrofiaram e turbaram a sua imagem em todo o País. A Justiça baiana chegou a ser motivo de chacota aqui e acolá, pelo País afora.*

*Falo de um passado recente, mas orgulho-me de integrar, no presente, um*

*Tribunal revigorado, livre e que luta com tenacidade para recuperar o tempo perdido.*

*Se no século 17, logo depois de instalada, a Corte superou as resistências e iniciou o seu trabalho de ajudar a consolidar a colônia, hoje nós lutamos para superar as dificuldades e melhorar os serviços que prestamos à sociedade.*

*Mais do que isso. Lutamos para dar celeridade às nossas atividades e ampliar o acesso à Justiça de todas as camadas da população, especialmente as mais carentes. Mas permitam-me que volte a falar de nossa história, dos dez componentes iniciais da Corte, um era o chanceler, imediatamente inferior ao governador, que, na prática, presidia os trabalhos diários da Relação.*

*Seguiam-se três Desembargadores dos Agravos, que tratavam de processos vindos dos Ouvidores Gerais, do Provedor dos Defuntos e do próprio Governador Geral, além de juizes, ouvidores e capitães. Eram, geralmente, os mais experientes entre seus pares, especialmente por causa dos feitos relativos aos Ouvidores Gerais, que naquela quadra da vida da colônia não eram bem vistos em Portugal.*

*Havia um ouvidor geral para causas cíveis e criminais, função assemelhada à dos atuais corregedores. Os outros integrantes tinham também competência específica para determinadas matérias. Eram os casos do juiz e do procurador dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco; do promotor de Justiça; do provedor dos Defuntos e Resíduos e dos dois desembargadores extravagantes, ou iniciantes.*

*No Brasil de 1609 havia uma população bem diferente dos habitantes das colônias africanas ou da Índia.*

*Lá, a ambição pelo lucro fácil atraía aventureiros desejosos de voltar rápido a Portugal, ricos e poderosos.*

*Aqui, a população era estável, florescia a prática agrícola com o homem se fixando à terra, valendo-se da mão de obra indígena e, mais tarde, de escravos oriundos da África.*

*Na metade do século 18, a colônia avançou da agricultura para a extração mineral com o fluxo do ouro e do diamante. Era preciso um porto na região Sul/Sudeste para escoar essas riquezas. Em 1763, a sede do governo-geral é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.*

*Em todo esse tempo, o Poder Judiciário acompanhou e ajudou no desenvolvimento do Brasil. Da mesma forma que hoje o faz, notadamente na promoção da paz social.*

*A pacificação social, pela via do acordo e da conciliação, é hoje uma das maiores preocupações e ocupa o melhor do esforço operacional dos tribunais e magistrados brasileiros.*

*Outra grande preocupação é a modernização da máquina judiciária e a capacitação de pessoal, justamente para atender a colossal demanda que temos de atender.*

*O Tribunal de Justiça da Bahia, hoje, Srs. e Sr<sup>as</sup> Parlamentares; Sr. Conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, tem consciência das suas dificuldades históricas. Mas tem, também, toda a disposição e força para superá-las. O Conselho Nacional de Justiça tem reconhecido isso publicamente e é a principal testemunha do que afirmo.*

*O Tribunal de Justiça a Bahia mantém uma linha de atuação e de independência, iniciada em 2002 com o desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra. Custou alguns*

*percalços, mas o temperou na determinação de caminhar com as próprias pernas, na decisão de lutar para superar seus problemas.*

*E encontrou apoio para isso nos demais Poderes constituídos do Estado.*

*Cabe aqui, portanto, uma palavra de reconhecimento e agradecimento a esta Casa. Falei há pouco, de tempos de submissão impostos ao Judiciário. Pois bem, a Assembleia Legislativa aprovou no ano passado uma nova Lei de Organização do Poder Judiciário, livrando-nos das amarras de uma lei que vigia desde 1979. Vivíamos o descompasso de administrar a Justiça de um Estado com normas defasadas em duas décadas.*

*Possivelmente a população, mesmo sentindo na pele, jamais consiga dimensionar o que isso significou em atraso.*

*Cabe, portanto, agradecer a esta Casa; parabenizar o Poder Legislativo por haver entendido que os tempos são outros e a população baiana não poderia continuar sendo penalizada.*

*O agradecimento é dirigido a todos os integrantes do Legislativo, mas convém que relevemos alguns deputados que se destacaram na tramitação do projeto da LOJ (Lei de Organização Judiciária). O presidente Marcelo Nilo pelo empenho na celeridade da tramitação do projeto. Zé Neto, então presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que durante meses convocou à discussão os diversos segmentos da sociedade organizada. E ao relator, deputado Álvaro Gomes, pelo imenso trabalho de analisar centenas de emendas e elaborar o texto final. Ao deputado Álvaro Gomes, a Justiça baiana agradece também a realização desta sessão especial. Ela será incorporada aos anais da programação de comemorações do quarto centenário, que continua até o mês de dezembro deste ano.*

*Quero agradecer a presença de todos e dizer que o Judiciário pode hoje sentir-se orgulhoso de ter ajudado este País a se consolidar como nação livre e independente. Comemorar 400 anos é um fato de relevância histórica ímpar. Estamos todos orgulhosos, a Bahia, pelos seus Poderes constituídos, nós, os baianos, por vivermos em uma terra que fez a história do Brasil.*

*Parabéns à Justiça brasileira, parabéns a esta Casa.*

*Muito obrigada” a todos. (Palmas)*

*(Não foi revisto pela oradora.)*

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, desembargadora Silvia Zarif; deputado Álvaro Gomes, proponente desta sessão; Exm<sup>o</sup> Sr. Conselheiro Felipe Cavalcanti, do Conselho Nacional de Justiça e representante do ministro Gilmar Mendes; Exm<sup>o</sup> Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Livaldo Britto; Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Sinésio Cabral Filho; Exm<sup>o</sup> Sr. Desembargador Valtécio Ronaldo de Oliveira, representante do presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Dr. Pedro Guerra, procurador-geral do município, representante do prefeito municipal, João Henrique; Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Juíza federal Dr<sup>a</sup> Mônica Neves Aguiar, representante do diretor do Fórum, juiz federal Paulo Roberto Pimenta; Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Defensora Pública-geral Dr<sup>a</sup> Tereza Cristina; Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Manoel Castro; Dr. Maurício Góes e Goés, representante do presidente da OAB, Dr. Saul

Quadros; Sr. Cônsul-Geral de Portugal João Sabido; deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria; deputado Bira Corôa; deputado Roberto Carlos, 1º Secretário desta Casa; deputada Maria Luiza Laudano; deputado Javier Alfaya; deputado Zé Neto, deputado Reinaldo Braga, decano deste Parlamento, senhores juízes, senhores advogados, senhores e senhoras, quis o destino que eu tivesse a honra de presidir esta sessão especial de quatro séculos do Tribunal de Justiça da Bahia.

Sou o único deputado na história do Parlamento que ficou durante 16 anos na Oposição nesta Casa. Por diversas vezes, utilizei a tribuna para criticar o Poder Judiciário baiano, os discursos estão registrados nos Anais desta Casa, as minhas críticas e as minhas sugestões ao Poder Judiciário baiano. Estou feliz, vez que presido esta sessão comemorativa dos 400 anos do Tribunal de Justiça, que depois da era Dutra Cintra, vale ressaltar também que o Ministério Público, depois da era de Dr. Achilles Siquara, hoje, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público representam a Bahia, e o Tribunal de Justiça tendo em vista que esta sessão especial é uma honra para o povo do nosso Estado.

Conselheiro representante do ministro Gilmar Mendes, hoje, o Tribunal de Justiça da Bahia, sem dúvida nenhuma, é um tribunal respeitado, independente e harmônico com os outros Poderes. Quis o destino que estivesse à frente desse tribunal a desembargadora Silvia Zarif, desembargadora honrada, digna, todos nos orgulhamos de tê-la presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. Sei que a desembargadora Silvia Zarif entrou para a história do Tribunal de Justiça da Bahia, aliás, V.Ex<sup>a</sup> entrou para a história da Bahia, tendo em vista que foi a primeira governadora do nosso Estado. V.Ex<sup>a</sup> teve a honra, como também tivemos, de exercer o cargo de governadora, provisoriamente, interinamente, numa deferência do governador Jaques Wagner, que colocou V.Ex<sup>a</sup> como governadora do Estado, o que é, sem dúvida alguma, o cargo mais importante da Bahia.

Portanto, Srs. Juízes, Srs. Desembargadores, ficamos felizes de o Tribunal de Justiça da Bahia – a Bahia de Mangabeira, a Bahia de Ruy Barbosa, a Bahia de Anísio Teixeira – viver este momento ímpar. Fizemos críticas, fizemos sugestões, e com a mesma ênfase que fizemos as críticas, nós também parabenizamos o Tribunal de Justiça.

Hoje, o Tribunal de Justiça é respeitado, é elogiado por todos os segmentos da sociedade. Claro que precisamos fazer modificações, melhorar a estrutura, aperfeiçoá-la. Aliás, estamos aqui, na Assembleia Legislativa, há 19 anos e, sem dúvida alguma, o projeto mais importante que esta Casa aprovou durante esse período foi a LOJ - Lei de Organização Judiciária.

Tivemos sessões importantes, tivemos momentos políticos importantes, pois esta é uma Casa plural, de forças heterogêneas, forças do contraditório. A representação do povo da Bahia está aqui, no grupo dos 63 parlamentares, cada um com seu ideal, cada um com seu partido, mas com um único objetivo, o de servir ao Estado.

Naquela sessão memorável em que votamos, durante a madrugada, com diversos desembargadores acompanhando no gabinete da Presidência, naquele momento consolidamos a independência do Poder Legislativo baiano.

Sei que o Tribunal de Justiça tinha o sonho de ser independente, respeitado. A Assembleia Legislativa também tinha. E hoje, além de ser independente, ela é

harmônica com os outros poderes. Para isso, tivemos o apoio dos 63 parlamentares, o incentivo do governador Jaques Wagner e a parceria do Tribunal da Justiça do Estado da Bahia após a era Dutra Cintra, consolidada pelos outros presidentes.

Hoje, o Tribunal de Justiça da Bahia comemora os seus 400 anos, e digo que quem comemora não é o Tribunal, é toda a Bahia.

Também contamos com a parceria do Ministério Público após a era Achilles Siquara, consolidada pelo chefe da Procuradoria, Dr. Lidivaldo, meu amigo pessoal, chefe do Ministério Público, uma pessoa digna, honrada, rígida em suas decisões, mas com um único objetivo que é servir ao povo da Bahia.

Gostaria de, antes de concluir esta sessão, entregar ao conselheiro Felipe Cavalcanti este berimbau que representa a marca da Bahia. É um berimbau que V.S<sup>a</sup> leva para dizer da honra de tê-lo aqui, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. (Palmas)

Convido as deputadas Marizete Pereira e deputada Maria Luiza Laudano para, juntos, entregarmos este buquê de flores à desembargadora Sílvia Zarif, presidente do Tribunal de Justiça, que representa o amor, a admiração que o Poder Legislativo da Bahia tem com o Poder Judiciário. (Palmas)

(As deputadas Marizete Pereira e Maria Luiza Laudano fazem a entrega do presente à homenageada.)

Antes de encerrar a sessão, agradeço as presenças de todas as autoridades e parabenizo o deputado Álvaro Gomes pela felicidade de propor esta sessão especial em comemoração aos 400 anos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Está encerrada a sessão. (Palmas)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*